

**UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO**

**VERÔNICA TEREZA CÂNDIDO PADILHA FURTADO**

**TRADUÇÃO E ÉTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A  
PERSPECTIVA FEMINISTA**

BAURU  
2010

**VERÔNICA TEREZA CÂNDIDO PADILHA FURTADO**

**TRADUÇÃO E ÉTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A  
PERSPECTIVA FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Ciências  
Humanas como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Bacharel em Tradução,  
sob orientação da Prof<sup>a</sup> Ms. Patrícia Viana  
Belam.

BAURU  
2010

**VERÔNICA TEREZA CÂNDIDO PADILHA FURTADO**

**TRADUÇÃO E ÉTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A PERSPECTIVA  
FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas da Universidade Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Tradução sob orientação da Prof<sup>a</sup> Ms. Patrícia Viana Belam.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio Walter de Barros Júnior  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima de Gênova Daniel  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Patrícia Viana Belam  
Universidade Sagrado Coração

Bauru, 19 de novembro de 2010.

Aos meus pais, José Carlos e  
Saete, e ao meu irmão, Vinícius.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Ms. Patrícia Viana Belam, pela orientação, sugestões, leitura rigorosa e observações.

À professora Dr<sup>a</sup> Marileide Dias Esqueda, pela indicação bibliográfica e fornecimento de materiais para leitura.

À professora Dr<sup>a</sup> Lucinéa Marcelino Villela, pelas sugestões e fornecimento de materiais para leitura.

À professora Ms. Valéria Biondo, pelo fornecimento de material para leitura.

À professora Dr<sup>a</sup> Fátima de Gênova Daniel, pela ajuda com o resumo.

Ao professor Esp. Henrique Pachioni Martins, pela ajuda com a formatação do trabalho.

Aos meus pais e irmão, pelo apoio, paciência e incentivo, sempre.

A Deus, acima de tudo.

“Atribuir sentidos é o que o tradutor está a fazer o tempo todo, embora, às vezes, ele negue a si mesmo tal fato. E se essa atribuição de sentidos depende, a cada passo, de uma escolha, a tradução é uma atividade onde a ética está explicitada ponto a ponto, onde o campo dos fatos é invadido incessantemente pelo campo dos valores, de uma forma que é inegável.”

Lenita Esteves

## RESUMO

Vários autores abordam diferentes perspectivas sobre a ética no contexto da tradução e, mais especificamente, no contexto das traduções feministas. Este estudo tem por objetivo promover uma reflexão sobre a tradução e ética na perspectiva feminista, por meio da análise de marcas linguísticas e estratégias utilizadas por tradutoras feministas na busca de maior visibilidade na sociedade. O estudo justifica-se pela escassez de trabalhos nessa área e a importância de discussões acerca da ética profissional do tradutor. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, cujo aporte teórico fundamenta-se em Esqueda (1999), Robinson (2002), Venuti (2002), Castro (2007), Ferreira (2007), entre outros. As reflexões apontam principalmente para um distanciamento dos textos originais, no caso das traduções feministas, com atividades de reescrita e manipulação dos mesmos.

**Palavras-chave:** Ética. Tradução. Feminismo.

## **ABSTRACT**

Various authors approach different theories on ethics in the translation context and, more specifically, in the context of feminist translations. This study aims at arousing a reflection on translation and ethics in the feminist perspective, by means of analyzing linguistic traces and strategies used by feminist translators in search for more social visibility. This study is justified by the lack of literature in this area and the importance of discussing the translator's professional ethics. This study consists of a bibliographical research of descriptive nature, which lies on the works by Esqueda (1999), Robinson (2002), Venuti (2002), Castro (2007), Ferreira (2007), among others. The reflections point mainly to a distancing from the original texts, in the case of feminist translations, with re-writing activities and their manipulation.

**Key-words:** Ethics. Translation. Feminism.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento de marcas de <i>gênero</i> presentes na tradução do poema <i>To His Coy Mistress</i> .....	28
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – A Ética na Perspectiva Filosófica .....	12
CAPÍTULO 2 – A Ética na Tradução .....	15
CAPÍTULO 3 – A Ética nas Traduções Feministas .....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
REFERÊNCIAS .....	33
ANEXOS .....	36
Anexo A - CÓDIGO DE ÉTICA DO TRADUTOR - SINTRA.....	36
Anexo B - CÓDIGO DE ÉTICA DO TRADUTOR - ATA.....	38
Anexo C - CÓDIGO DE ÉTICA DO TRADUTOR - FIT .....	40
Anexo D – Poema <i>To His Coy Mistress</i> , de Andrew Marvell .....	46

# INTRODUÇÃO

Como muitas outras formas de expressão, a tradução é uma forma de produção cultural. As estratégias tradutórias derivam das subjetividades do tradutor, e a prática destas pode ser usada como veículo para interrogar as complexidades do vínculo existente entre tradução e gênero. Ao utilizar-se o gênero como ponto de partida para a análise de traduções, são focados detalhes da linguagem que podem refletir os aspectos de gênero ou procurar escondê-los; além disso, as análises fornecem pistas sobre o ambiente cultural, político e literário da tradução ou podem ser entendidas como resultado deste ambiente. Von Flotow (1991) e Dépêche (2002), entre outras autoras, defendem a existência de uma “escrita feminina”, um conceito que estabelece a diferença e a peculiaridade feminina na língua e no texto. Além disso, a teoria feminista da tradução defende a visibilidade feminina, o direito da mulher de se apropriar da linguagem e usá-la para seus próprios fins como escritoras e tradutoras.

Este estudo busca fazer uma reflexão sobre a ética na perspectiva feminista de tradução, analisando peculiaridades como marcas linguísticas e lexicais em traduções realizadas por mulheres, assim como estratégias utilizadas por tradutoras feministas que visam subverter a língua, via tradução, em sua luta pela visibilidade discursiva da mulher.

Para tanto, primeiramente serão abordados os conceitos de ética na perspectiva filosófica e na área de tradução, a fim de se articular a ética nas traduções feministas com uma ética tradutória mais geral, segundo duas principais correntes: a tradicional/estruturalista e a sociocultural. Na perspectiva mais geral da ética na tradução, serão abordados também alguns códigos de ética de instituições nacionais e internacionais.

A metodologia deste estudo é uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e o mesmo está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda a ética em uma perspectiva filosófica, conceituando-a de acordo com autores como Valls (1994), Araújo (1997) e Vázquez (2002), entre outros.

O segundo capítulo mostra a questão da ética na tradução, a ética de uma forma pessoal do tradutor, para com o texto e o autor, para com o cliente, e segundo os códigos de ética dos seguintes órgãos: SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores), brasileiro; ATA (*American Translator Association*), norteamericano; FIT (*Fédération Internationale des Traducteurs*), internacional, que nos mostram os direitos e deveres do tradutor<sup>1</sup>.

No terceiro capítulo, é trazida a ética na perspectiva das traduções feministas, foco deste trabalho, a partir dos estudos de Castro (2007) e Ferreira (2007).

---

<sup>1</sup> Os códigos de ética dos referidos órgãos encontram-se em anexo.

## CAPÍTULO 1 – A Ética na Perspectiva Filosófica

A palavra *ética* vem do grego *ethos*, que significa “conjunto dos costumes e hábitos fundamentais no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e das culturas (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região” (HOUAISS, 2001, p. 1271). A tradução do grego para o latim permaneceu *mos*, significando costume e, a partir desse termo, desenvolve-se a palavra *moral*, que quer dizer: “Conjunto de regras preceitos etc. característicos de determinado grupo social que os estabelece e defende” (op. cit., 2001, p. 1958).

Segundo Vázquez (2002, p. 13), “*ethos* e *mos* tem o significado de *costume*, e os costumes são adquiridos ao longo da nossa vida, aos poucos, com o convívio familiar e na sociedade.” Deste modo, entendemos que não nascemos com a ética, e que ela é adquirida por meio de fatores externos, já que o ser humano, conforme cresce, é educado e aprende a viver e conviver naquela determinada sociedade. A sociedade é o fator externo em que certamente surgirá algum problema para o ser humano, onde cabe a ele ter a sua ética e resolver o que é certo ou errado para aquela determinada situação.

Então, podemos dizer que ética também é “o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto” (AURÉLIO, 1988, p. 280).

Chauí (2003) aborda a questão de como agir para se ter uma conduta ética. A autora diz que é preciso que exista o agente consciente, o ser humano, isto é, aquele que conhece a diferença entre o bem e o mal, o certo e o errado, o permitido e o proibido, a virtude e o vício. Também se afirma que a consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Temos duas condições indispensáveis da vida ética: consciência e responsabilidade.

A questão do bem e do mal já era estudada bem antes do que imaginamos e Valls (1994, p.24) nos apresenta a questão do bem e do mal dizendo que “a reflexão grega [...] surgiu como uma pesquisa sobre a natureza do bem moral, na busca de um princípio absoluto da conduta.”

O autor (op. cit.) também salienta que, para desenvolver o caráter crítico e reflexivo, é necessário que o sujeito moral seja consciente de si e dos outros, dotado de vontade como capacidade de controlar e orientar desejos, impulsos, tendências e sentimentos para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis. Também é necessário ser responsável, como autor da ação, avaliando seus efeitos e consequências, responder por elas e ser livre. Liberdade não para poder escolher entre várias alternativas possíveis, mas para se determinar, dando a si mesmo as regras de conduta.

Quando se fala de ética nos vem o pensamento do problema do comportamento e das regras. Com o surgimento da Modernidade, aparece a subjetividade, e como ícones, o pensamento de Descartes e Adam Smith. Descartes diz que o indivíduo ganha autonomia enquanto sujeito do conhecimento e o pensamento adquire status de consciência de si mesmo. Através disso, todo homem sabe emitir juízos, pois todos somos seres pensantes de natureza; já Adam Smith diz que é através da economia política que ele visualiza a situação dos indivíduos na sociedade civil, situação que leva os indivíduos a se relacionarem a partir dos interesses particulares. (ARAÚJO, 1997)

O homem é quem determina as suas próprias normas a partir da sua moral, e é nesse âmbito de cada ser humano racional que não sabemos se o homem está agindo de forma correta, ou seja, eticamente, ou não.

A ética refere-se às relações sociais e ao aspecto pessoal de autenticidade, opção, resoluteza, cuidado etc. Entre os séculos XV e XVIII, o ideal ético para se viver seria o de acordo com a liberdade pessoal, como o lema dos franceses: liberdade, igualdade, fraternidade. Atualmente, os valores voltam para as relações sociais. Valls (1994, p. 46) ressalta que:

Já o pensamento social e dialético buscou como ideal ético, na medida em que aqui ainda se usa esta expressão, a idéia de uma vida social mais justa, com a

superação das injustiças econômicas mais gritantes. A ética se volta sobre as relações sociais, em primeiro lugar, esquece o céu e se preocupa com a terra, procurando, de alguma maneira, apressar a construção de um *mundo mais humano*, onde se acentua tradicionalmente o aspecto de uma justiça econômica, embora esta não seja a única característica deste *paraíso* buscado.

O ser humano tem se comportado de uma maneira fora do ideal de ser ético, fora dos bons costumes que nos são ensinados, e é por isso que devemos relatar o que acontece ultimamente, para tentarmos inserir a ética no meio de cada um, para uma vida mais justa, pois a reflexão ética e social do século XX nos trouxe uma outra observação de grande importância: na grande massa atual, a maioria hoje talvez já não se comporte mais eticamente, pois não vive imoral, mas amoralmente. Os meios de comunicação de massa, as ideologias, e os aparatos econômicos do Estado já não nos deixam livres para sermos cidadãos conscientes e participantes, de consciência com capacidade julgadora. (VALLS, op. cit.)

Este capítulo trouxe algumas considerações sobre a ética na perspectiva filosófica para uma visão geral do conceito de ética. O próximo capítulo abordará a ética na instância da tradução, que constitui o tema deste estudo.

## CAPÍTULO 2 – A Ética na Tradução

Este capítulo trata a ética em relação à tradução. Nele, aborda a ética relacionada ao texto, que geralmente é trazida por duas perspectivas, uma, na visão de vários autores: visão estruturalista, que visa o sentido mais literal da tradução, e outra com uma visão sócio-cultural, que considera que a tradução deve se adaptar à cultura de chegada, ao seu público-alvo. Outro fator importante que será brevemente discutido será a relação com o cliente, visto que o mesmo tem uma expectativa “errônea” sobre o tradutor e a tradução; também serão abordados alguns códigos de ética do tradutor para uma discussão de algumas cláusulas do mesmo.

Muitas pessoas concebem do profissional de tradução como um simples profissional que irá transportar significados de uma língua para outra sem desfigurar ou alterar aquele texto, simplesmente pelo fato de acreditarem que para traduzir só há uma maneira, sendo palavra por palavra; que o tradutor, para ser ético, deve ser encarado como o agente que passa palavras de um texto a outro. O tradutor é sempre visto como uma “máquina” de produzir equivalentes em outra língua, um ser inferior ao original e que jamais deverá modificar ou atingir o texto fonte. (ESQUEDA, 1999)

Nessa perspectiva, segundo Esqueda (op. cit.), algumas teorias de tradução, em uma perspectiva mais tradicional, estruturalista, (STEINER, 1975; MOUNIN, 1975; AUBERT, 1994) prescrevem, disciplinam e regularizam alguns comportamentos e ações que o tradutor tem durante e perante o texto a ser traduzido. Para essas teorias, a ideia do que seria original ao seu autor é que a tradução deve resgatar o sentido total do texto original.

Em contrapartida, Esqueda (op. cit.) e outros autores (BARTHES, 1979; FOUCAULT, 1979; ARROJO, 1992) afirmam que devemos entender que o que acontece na tradução é uma interpretação, alteração e recriação por parte do tradutor, devido ao tempo, espaço e circunstâncias sócio-culturais em que o tradutor se encontra; mesmo não querendo, sempre haverá o desencontro com a sua origem, isso é inevitável.



Nessa perspectiva, o tradutor é um recriador dos textos originais e é necessário formular todo o texto para uma tradução com qualidade. A ética que deve ser seguida por cada tradutor pode ser aquela criada por cada um, para que assegurem visibilidade e tenham um reconhecimento profissional. Esqueda (op. cit., p. 53-54) alerta que:

O tradutor necessita estar consciente da sua interferência nos textos os quais traduz/produz. Necessita estar consciente da leitura que obterá dos textos de quaisquer gêneros. As línguas são semântica, ideológica, sociologicamente diferentes. A ética a ser seguida pelo tradutor talvez seja aquela que valorize sua experiência enquanto profissional habilitado, instrumentado, ativo e atuante em uma determinada sociedade. Assim, estando eticamente conscientes do seu trabalho é que os tradutores podem obter respeito, não em relação ao original, mas em relação ao ato de traduzir, de interpretar, de recriar, garantindo a si próprio exercer sua atividade com consciência e dignidade. Garantindo, outrossim, sua visibilidade e, porventura, reconhecimento.

Segundo a autora (op. cit.), o ato de traduzir é o de desconstruir a estrutura coesiva do texto original para reconstruir em outra língua. O tradutor é aquele que supera o original, ao mesmo tempo em que o conserva. O tradutor deve ter uma compreensão de si mesmo que o leva a formar uma consciência ética do ato tradutório, pois traduzir é uma ação que exige extrema responsabilidade. Por isso é que cada tradutor deve buscar sua teoria e um código de ética para se seguir e sempre estar atento a cada trabalho realizado, pois cada tradução tem as suas nuances diferentes.

Pode-se levar em conta que a cultura é um dos assuntos que mais se discute na tradução. Robinson (2002, p. 303) afirma esta questão dizendo que “as diferenças culturais existem, principalmente, em função da distância que percorrem, a distância do local ou da época em que foram escritas para o local ou a época em que são lidas; e podem ser marcadas pelo ato ou fato da tradução.”

Venuti (2002, p. 158) também nos diz que “um projeto tradutório deve considerar a cultura onde o texto estrangeiro tem sua origem e se dirigir a várias comunidades domésticas”, ou seja, determinado texto deve ser traduzido e/ou adaptado para aquele determinado público-alvo, sem perder o seu sentido, contando com o contexto histórico cultural em que se encontra.

O tradutor deve entender o sentido que é construído culturalmente, compreender significados específicos de um determinado grupo social e com o estudo profundo e

simultâneo da língua e da cultura é que evitará conclusões ambíguas e obterá um bom nível de compreensão do texto, conseguindo agir eticamente.

O tradutor deve se compreender para compreender o texto que irá traduzir, já que cada tradutor deve formar uma consciência ética para uma reconstrução coesiva de um outro texto em outra língua. Araújo (1997, p. 40) nos mostra uma forma de alcançarmos a nossa ética:

No dialogar, fundado na eticidade que os tradutores podem criar regras que possibilitem o respeito em relação ao ato de traduzir, garantindo a liberdade tanto do tradutor, enquanto profissional empenhado na sua ação de traduzir dignamente os textos que lhe são passados, como a do leitor, que pode se sentir seguro em relação ao sentido original do texto.

Outra questão ética que também é discutida é o relacionamento do tradutor com o cliente. Gehring (1996, p. 37) afirma que “a maioria dos clientes desconhecem o que seja o trabalho do tradutor e muitos acreditam que qualquer pessoa bilíngue possa ser um tradutor e/ou traduzir.” De acordo com a autora, deve-se garantir a satisfação do cliente sem sacrificar-se a integridade profissional do tradutor. Nessa perspectiva, a autora (op. cit., p. 35) ressalta o papel do tradutor: “a forma do texto em Língua de Chegada (LC) é especialmente importante e deve assumir a forma usual na língua e na cultura de chegada. A tarefa do tradutor é buscar os equivalentes presentes no texto em Língua de Partida (LP).”

Os clientes geralmente esperam, em uma tradução, uma correspondência palavra-por-palavra e acreditam que há somente um único modo de traduzir um texto e, valendo-se dessas hipóteses, Gehring (op. cit., p. 39) constata que:

[...] o relacionamento cliente/tradutor é difícil de organizar em uma base mutuamente satisfatória, porque a compreensão do cliente sobre o trabalho do tradutor é muitas vezes inadequada; [...]

Para fazer uma boa tradução, o tradutor precisa de uma liberdade extrema, ter uma autoridade sobre o texto, e entender o que realmente quer transpassar, mas tem que se ter em mente que em alguns casos o texto a ser traduzido haverá perda, pois a LP não tem as mesmas equivalências, o mesmo tipo estético da LC e o tradutor poderá reformular esse texto.

O tradutor busca ser fidedigno consigo mesmo, tendo uma ética em mente para com o texto, buscando equivalências para a sua cultura, para com o cliente, conversando com o mesmo, explicando um pouco sobre o processo tradutório e com relação à tecnologia, aprimorando e tendo as versões recentes de programas de processamento de textos (*softwares*), mas é claro que essa fidedignidade depende das operações específicas contidas em cada texto.

O método e processo tradutório por uma visão do cliente é reconhecido pela pontualidade e pelo preço. Robinson (2002, p. 17) mostra três aspectos da tradução percebidos de fora – o desejo do usuário da tradução de ver o texto traduzido de maneira *fidedigna, rápida e econômica* – respectivamente.

Segundo o autor, em relação à fidelidade, o texto traduzido precisa ter algo em que se assemelhe ao texto original; mesmo as traduções “livres”, as menos “parecidas” ao original, de qualquer forma precisam manter um compromisso de semelhança com o original. Na tradução, o tradutor dá a sua palavra para a construção de um texto alheio.

Um texto só pode ser chamado de “original” se dele constar alguma tradução; por isso, a ideia de um texto ser original vem a partir da realização de uma tradução. Quando temos um texto original, temos um texto inédito, que não se iguala a nenhum outro. Portanto, uma tradução não deve ser original, pois ela não é originalmente escrita da mesma forma, pois os contextos, épocas e línguas são diferentes. A diversidade de culturas e estilos a que um tradutor está exposto é um limite de impossibilidade de querer retratar textos de uma época e cultura das quais ele não participou.

Esteves (1997, p.66) questiona:

Se pensarmos na diversidade de culturas, estilos e épocas a que um tradutor está exposto, a fidelidade, definida aqui como esse compromisso de semelhança, poderia chegar ao limite de uma impossibilidade. Como um tradutor pode querer reproduzir ou retratar uma época e uma cultura das quais ele não fez parte?

Muitos universitários sempre comentam que as teorias não lhes servem para nada na prática, mas quando se fala de tradução e se faz tradução, há sempre uma

teoria subjacente, mesmo que não tenhamos uma consciência disso. (ESTEVEES, op. cit.)

Todas as vezes em que se fala de tradução, já nos vem a ideia do texto original e o traduzido paralelo à fidelidade do tradutor; mas nem sempre é o tradutor que tem a palavra final do texto. No caso das editoras, temos os editores que leem a tradução e depois perguntam o porquê daquele termo usado e ainda o fazem ser trocado por outro “melhor” para melhor recepção naquela cultura de chegada.

E é justamente porque existe essa diferença entre as línguas que existem traduções; e as teorias e prática estão intimamente ligadas, se alterando e se transformando constantemente. (ESTEVEES, op. cit.)

O trabalho do tradutor pode ser considerado uma completa obra original, mesmo quando se leva em conta as diferenças que são encontradas no texto, que são: diferenças culturais, linguísticas e gramaticais; assim, o texto se transforma em um novo texto e o tradutor baseia-se na obra do autor para fazer o seu trabalho.

Ao se pensar em algum texto em LP, devemos apoiar e entender a ideia de que não há um completo original, já que as ideias são retiradas de outros textos, assim formando cada vez um novo texto, havendo uma recriação de novos textos.

A questão da ética na tradução também é abordada por associações de tradutores. Como toda profissão tem o(s) seu(s) código(s) de ética, o tradutor também se relaciona com os códigos nacionais e internacionais. Serão apresentados aqui, alguns códigos de ética, como o SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores), brasileiro; da ATA (*American Translator Association*), norteamericano; e da FIT (*Fédération Internationale des Traducteurs*), internacional, abordando-se as semelhanças entre os mesmos quanto aos direitos e deveres do tradutor.

O propósito desses códigos de ética é tentar padronizar os princípios do tradutor, estabelecendo regras à relação do contratante e do contratado. Entretanto, as leis que protegem o trabalho do tradutor são restritas, e por causa de um “possível” desamparo há um desestímulo do profissional em investir em seu trabalho, podendo até tornar a tradução um trabalho extra e ir em busca de outras profissões.

As regras contidas nos códigos de ética profissional do tradutor colocam ênfase nas questões que se referem aos preços, contratos, segredo e responsabilidade profissional, relação com o cliente, direitos autorais, entre outros. Há algumas semelhanças presentes nos códigos de ética do SINTRA, ATA, FIT, trazidos em anexo: a importância de manter um sigilo profissional; apoiar e respeitar os colegas de trabalho, não sendo desonesto com os mesmos; respeitar as condições propostas pela sua respectiva associação; não aproveitar de uma atividade para se favorecer ou prejudicar terceiros; além da questão da fidelidade com o texto e o autor, ênfase dada neste estudo.

O código de ética do órgão SINTRA - *Sindicato Nacional dos Tradutores*, em um dos seus capítulos, faz menção à fidelidade para com o texto original e seu autor; o código nos apresenta o dever do tradutor no Capítulo I, §1º: “respeitar os textos ou outros materiais cuja tradução lhe seja confiada, não utilizando seus conhecimentos para desfigurá-los ou alterá-los”.

O código de ética da FIT – *Fédération Internationale des Traducteurs* - nos mostra, no item 4 da Seção I – *General Obligations of the Translator*, página 01, um dos deveres mais importantes do tradutor: “*Every translation shall be faithful and render exactly the idea and form of the original – this fidelity constituting both a moral and legal obligation for the translator.*” (Toda tradução deverá ser fiel e passará exatamente a ideia e a forma do original – constituindo essa fidelidade uma obrigação moral e legal para o tradutor)<sup>2</sup>.

No próximo item, o 5, página 01, o código explica que: “*A faithful translation, however, should not be confused with a literal translation, the fidelity of a translation not excluding an adaptation to make the form, the atmosphere and deeper meaning of the work felt in another language and country.*” (Uma tradução fiel, entretanto, não deve ser confundida com uma tradução literal, não excluindo a fidelidade da tradução uma adaptação que faça com que a forma, o ambiente e o significado mais profundo do texto sejam sentidos em outra língua e país).

---

<sup>2</sup> Todas as traduções contidas neste capítulo são de minha autoria.

A questão da fidelidade também está presente no código de ética da ATA - *American Translator Association* - como pode-se confirmar na Seção I, Letra A: “*I will endeavor to translate or interpret the original message faithfully, to satisfy the needs of the end user(s).*” (Me empenharei em traduzir ou interpretar fielmente a mensagem do original, para satisfazer as necessidades dos clientes).

Com esta cláusula, pode-se perceber que o tradutor deve interpretar o texto, traduzindo-o de uma maneira que será entendido na LC, sendo, assim, uma tradução dentro da perspectiva sócio-cultural.

Pode-se observar, diante do exposto acima, que a fidelidade para com o texto é abordada por códigos de ética nacionais e internacionais e os mesmos não defendem a tradução literal, pois consideram que, ao realizar uma adaptação cultural para que o texto se torne compreensível para o seu público-alvo, o tradutor estará correspondendo aos deveres e as leis que o amparam.

Neste capítulo, foram apresentadas as questões da ética na tradução, da ética presente nas duas visões que os teóricos têm sobre a tradução, no âmbito estruturalista e no âmbito sócio-cultural. A questão da relação com o cliente também foi brevemente abordada e foram analisadas algumas cláusulas dos códigos de ética do tradutor que tratam da relação da fidelidade para com o texto.

O próximo capítulo mostrará a ética na questão do feminismo, no aspecto de recriação das traduções feministas.

## CAPÍTULO 3 – A Ética nas Traduções Feministas

Neste capítulo, será abordada a questão ética na tradução feminista, Como os teóricos articulam a teoria e a prática dessa tradução e as estratégias utilizadas pelas tradutoras feministas.

Não é de se discutir que o feminismo tenha se repercutido no exterior, há um tempo bem antes do que no Brasil. “As mulheres tinham mais liberdade no continente europeu, e por volta do ano 1500, uma forte tradição de literatura secular já estava estabelecida (DELISLE, 1998, apud FERREIRA, 2007, p.15).

No exterior, no século XVII, em 1603, John Florio foi talvez o primeiro a explicitar o vínculo entre tradução e *status* feminino: já que as traduções são sempre imperfeitas, devem ser femininas (DELISLE, op. cit., apud FERREIRA, 2007, p.14).

Susanne de Lotbinière-Harwood (1991, apud CASTRO, 2007, p. 54) também refere-se à citação acima “Sou tradução porque sou mulher.” A autora salienta que Daly retoma e retorce uma imagem da mulher americana presente no imaginário da maioria delas, construído socialmente durante as décadas de 1960 e 1970, da mulher como *daddy’s little girl* (“a garotinha do papai”) ou *little lady* (“mulherzinha”) que precisam da proteção dos *big strong men* (“homens grandes e fortes”). Ao subverter o jogo original, ela surpreende o leitor e mostra que a mulher é forte, não depende da proteção e do cuidado dos homens (Ibid.).

Segundo Castro (2007), na tradução feminista, há um tipo de manipulação do texto, pois há uma reescrita do texto, de uma forma transformadora que produz novos significados textuais. Os clientes desse tipo de tradução devem estar totalmente cientes da tamanha transformação que ocorre no texto a ser traduzido. Há uma manipulação e recriação somente nas traduções feministas, aquelas feitas por mulheres com uma teoria e prática feminista em mente.

O contexto da atividade tradutória feminista é bastante amplo, mas temos um elemento como base primordial que é a luta político-ideológica; e levamos em conta que a atividade não pode ser só analisada a partir de uma perspectiva meramente linguística, mas, sim, a partir de uma perspectiva histórica e política.

Ao se observar a teoria e a prática da tradução, temos dois campos que compreendem os estudos da tradução feminista: o *gênero* e a *linguagem*.

O gênero serve para mostrar as diferenças biológicas, entre homens e mulheres, características que ambos adquirem ao longo de suas vidas e os papéis que assumem na sociedade em que vivem. O gênero irá se referir à mulher “ao resultado do processo social que transforma as crianças do sexo feminino em meninas, e depois em mulheres.” (VON FLOTOW, 1997, apud CASTRO, 2007, p. 51). O gênero é uma categoria importante, reconhecido por ser um fator que gera impacto em qualquer decisão. Segundo Lotbinière-Harwood (1991, apud CASTRO, 2007, p. 52) “o gênero é socialmente construído: refere-se aos papéis sócio-sexuais, modos de se vestir impostos sobre os indivíduos pela cultura dominante de acordo com seu sexo de nascimento.”

A linguagem verbal é central para as feministas, pois segundo as principais teóricas do feminismo, “a língua é um dos espaços mais importantes de subordinação da mulher pelo homem” (LOTBINIÈRE-HARWOOD, op. cit.).

As teóricas feministas não separam a linguagem do gênero, porque, de acordo com elas, “o comportamento linguístico é um dos papéis de gênero aprendidos e desempenhados por homens e mulheres em nossas sociedades”. Pode-se, então, dizer que o comportamento linguístico não é natural, acaba se tornando parte da construção social do indivíduo.

Ao longo da história, foram tratadas, pelo movimento feminista, duas abordagens relativas: a linguagem patriarcal e o uso da linguagem pela mulher. Castro (2007, p. 53) com base nas propostas de Flotow nos mostra algumas medidas que se usaram para propor a luta pela representação das mulheres na língua.

A abordagem reformista realizou medidas que se propunham a lutar pela representação das mulheres na língua – dentre elas “a criação de cartilhas de linguagem ‘não-sexista’, oficinas e cursos educativos sobre o uso da língua” (VON FLOTOW, 1997, p.8) – mas, como o próprio nome diz, eram medidas não estruturais, de reforma e não revolucionárias. Para as adeptas da abordagem radical, essas medidas não eram suficientes, já que elas se sentiam “excluídas, insultadas ou trivializadas pela linguagem patriarcal convencional” por entenderem que a língua era “feita para refletir a vida dos homens, suas realidades e suas idéias” (Ibid.) e deixava de fora a realidade das mulheres. A



única solução, segundo elas, seria um “remendo” da linguagem, de forma que a mulher e suas peculiaridades passassem a ser representadas na língua. Essa nova forma de usar a língua deveria desconstruí-la e reconstruí-la para que passasse a ser utilizada como uma arma nas mãos das mulheres e não dos homens.

De acordo com Castro (2007), há diferentes tipos de traduções ligadas a mulheres. Há a tradução feita por uma mulher, e o outro tipo é a tradução feita por uma mulher por uma perspectiva feminista, com uma teoria feminista, e é considerada como um papel de recriação e manipulação do texto original.

Castro (op. cit.) aponta que, a partir de uma perspectiva feminista, a tradução é constantemente comparada à mulher, seja como mãe, como filha, como amante ou como esposa. O papel que era atribuído à mulher era um papel secundário na sociedade; mas, atualmente, ela passa a conquistar um espaço no mundo, tendo o seu próprio reconhecimento.

No momento em que a mulher rompe com os padrões convencionais de fidelidade e faz da tradução um espaço de criação de significados, ela está reivindicando também a valorização da mulher na sociedade, o reconhecimento da mulher para além do papel secundário que tradicionalmente ocupou. (CASTRO, 2007, p. 56)

De acordo com Castro (op.cit.), algumas das estratégias utilizadas pelas tradutoras feministas são: aliteração, jogo de palavras (*pun*), pacto especular e censura, correção e paratexto/metatextualidade.

A aliteração é uma figura de linguagem que consiste na repetição de sons consonantais idênticos ao do texto original. A autora cita o exemplo da tradutora Levine (1992), na tradução de *La Habana para un infante difunto*, do escritor cubano Guillermo Cabrera Infante.

Na tradução, a autora joga e brinca com a língua abusando de aliterações e jogos de palavras que não existem no original. “O uso de aliterações é um modo de zombar [...] e glorificar as palavras como objetos misteriosos; [...] colocar o som antes do sentido é um tipo de libertação” (CHAMBERLAIN, 1992, apud CASTRO, 2007, p. 78).

O uso de jogos de palavras como meio de desconstrução linguística é um artifício usado por escritoras e tradutoras feministas, como Mary Daly (1997) que tem por base mais os fenômenos culturais do que os linguísticos (CASTRO, op. cit., p. 60).

A autora Mary Daly (op. cit., p. 16) usa expressões idiomáticas comuns, e também muda alguma palavra ou outra, como forma de causar surpresa no leitor e também desconstruir o sentido que sempre foi atribuído a certa expressão; ela nos exemplifica com a expressão - *big strong women* (literalmente “mulheres grandes e fortes”), que parece ser uma paródia da expressão *big strong men* (“homens grandes e fortes”).

O pacto especular é a criação de textos entre duas línguas, dois lugares, os famosos textos em *duo*. Esse tipo de trabalho é realizado em *Mauve* e em *Character/Jeu de lettres*, que foram escritos em co-autoria por Nicole Brossard e Daphne Marlatt. Segundo Dépêche essa “atividade lúdica, com ressonâncias múltiplas” foi batizada por Lotbinière-Harwood como *transformance*:

*amálgama de transformation e performance [...], sendo a troca do sufixo -tion em -ance uma mudança que marca a ação/processo, ao contrário do resultado, sempre procurado pelas traduções tradicionais. (Ibid.)*

Mudando o foco do resultado final para o processo da tradução, Brossard pretende mostrar que o resultado é fruto de um processo criativo, que envolve um mediador humano que não é neutro, que tem uma voz e toda uma bagagem que inevitavelmente se reflete no texto traduzido. Ou seja, é uma forma de tornar visível a tradutora, também mulher. Como definiu Godard,

*transformance* pode ser chamado, para enfatizar o trabalho de tradução, o foco no processo de construção de significado, na atividade de transformação, um tipo de performance (1990, p.90)

A censura, correção e paratexto/metatextualidade aplica-se quando a tradutora feminiza as suas traduções. Mesmo o texto estando de forma neutra ou genérica, ela faz questão de transformar tudo em feminino, subvertendo a linguagem de forma que o feminino fique mais presente.

Um exemplo de paratexto em tradução feminista é a versão inglesa de *La lettre aérienne*, de Brossard, com tradução de Marlene Wildeman, na qual a tradutora escreve notas de rodapé acrescentando informações que a autora não havia passado aos leitores, e não notas referentes à sua tradução. Dépêche (2005, apud CASTRO, 2007, p. 63) em seu artigo “A tradução como ato político”, ao apresentar esse exemplo, explica:

a tradutora atribui *le corps certain* (o corpo determinado) a Roland Barthes, em *Le plaisir du texte*, sem que jamais a autora tivesse abordado este aspecto, e Marlene Wildeman, em uma longa nota, chega a dar as páginas correspondentes, na versão inglesa de Barthes. (Ibid., p. 296)

“As teorias feministas querem elevar o papel da tradução ao nível de tarefa criativa e produtora de significados, [...], promover a visão da mulher não como mera reprodutora, como tendo tarefa secundária na sociedade, mas como produtora” (Ibid., p. 64). No discurso teórico das feministas, a questão do poder está muito presente, pois querem o texto traduzido ao mesmo nível do texto original, ao mesmo nível do texto dos homens.

Nessa perspectiva, Castro (op. cit., p. 65) discute a ética nas traduções feministas:

É importante identificar que o que permeia todos os argumentos teóricos das feministas é a *infidelidade* ao original como meio de protestar a favor da infidelidade da mulher para com o homem, a favor da *autonomia* em contraposição à subordinação predominante. Assim, na perspectiva feminista, traduzir de forma ética supõe o combate ao conceito de fidelidade e a manipulação da linguagem dessa forma radicalmente intervencionista, pois assim estariam contribuindo para o reconhecimento do papel da mulher na sociedade e para a igualdade dos direitos entre os sexos. A infidelidade por elas proclamada e realizada diz respeito ao desejo de subverter a ordem masculina, falocêntrica e as teorias logocêntricas sobre a linguagem.

As tradutoras feministas acreditam que se elas estão seguindo as teorias feministas não estarão sendo antiéticas, pois, se asseguram de uma ética com um embasamento no que creem.

De acordo com a autora (op. cit., p. 65-66), tudo o que as tradutoras feministas querem é ser mais respeitadas e ter o seu reconhecimento no mesmo patamar dos

homens, ambos os sexos com o mesmo papel na sociedade. Teóricas feministas dizem que se a infidelidade for realizada é porque há um desejo de “transtornar” o público masculino, de uma maneira com que os homens “se afetariam” com essas traduções “infiéis”, e se há um meio do compromisso com o rompimento com o texto original, a mulher pode romper também com o compromisso de se manter submissa ao homem.

Segundo a autora, as tradutoras feministas subvertem a linguagem para que o texto fale em favor das mulheres, e a infidelidade ao texto original é premissa fundamental para levar adiante sua agenda política.

A autora conclui que, considerando as diferentes estratégias adotadas pelas tradutoras feministas e pelas justificativas teóricas por elas oferecidas para dar embasamento à sua prática, a prática tradutória feminista impõe um enorme desafio à tentativa de se definir um “campo conceitual próprio” para a tradução na teoria e na prática, se o que se denomina “tradução” abrange também práticas tão transformadoras e produtoras de significados tão novos em relação ao texto original.

Também Ferreira (2007) faz uma análise da tradução na perspectiva feminista. Em Ferreira (op. cit., p. 33) foram analisadas as traduções de 4 poemas, entre eles o de Andrew Marvell (1994 e 1970), intitulado *To His Coy Mistress*. Na análise de Barbara Theoto Lambert e Cecília Camargo Bartalotti, podem-se notar as marcas de gêneros diferentes que são presentes na tradução feminina e masculina.

### **Análise: To His Coy Mistress (Andrew Marvell)**

<b>Original</b>	<b>Tradução feminina</b>	<b>Tradução masculina</b>
“We would sit down and think which way”	“ <b>Nós nos</b> sentaríamos para decidir de que lado”	“Sentados, pensaríamos em rota e sítio”
“To walk, and pass our long love’s day”	“Caminhar e passar nosso longo <b>dia de amor</b> ”	“Onde passar, amando, o nosso longo dia”
“Thou by the Indian Ganges’ side”	“ <b>Tu</b> , às margens do Ganges”	“Rubis na Índia encontrarias junto ao Ganges”
“I by the tide of Humber	“ <b>Eu</b> , perto do estuário de	“Junto às águas do

would complain”	Humber, <b>me</b> lamentaria”	Humber <b>eu me</b> queixaria”
“I would love you ten years before the Flood”	“ <b>Eu te</b> amaria dez anos antes do dilúvio”	“Dez anos antes do Dilúvio <b>eu te</b> amaria”
“And you should, if you please, refuse”	“E <b>tu</b> , se quisesses, recusarias”	“E poderias, se quisesses, recusar- <b>me</b> ”
“Till the conversion of the Jews”	“Até a <b>conversão dos judeus</b> ”	“até que enfim se convertessem os judeus”
“An hundred years should go to praise”	“Cem anos <b>eu</b> levaria para enaltecer”	“cem anos: tanto <b>eu</b> gastaria a <b>te</b> louvar”
“Two hundred to adore each breast”	“Duzentos para adorar cada seio”	duzentos a adorar cada um dos seios <b>teus</b>
“Nor would I love at lower rate”	“E <b>eu</b> não <b>te</b> amaria a uma velocidade inferior”	“nem quereria amar- <b>te</b> por mais baixo preço”
“But at my back I always hear/Time’s winged chariot hurrying near”	“Mas às minhas costas sempre ouço/O <b>coche alado do tempo</b> em disparada”	“Porém a minhas costas <b>eu</b> escuto sempre/correr alado o <b>carro célere do Tempo</b> ”
“And yonder all before us lie/Deserts of vast eternity”	“E, lá longe, diante de <b>nós</b> , acham-se/Desertos de <b>grandiosa eternidade</b> ”	“e além, à nossa frente, estendem-se os desertos <b>da imensa eternidade</b> ”
“Nor, in thy marble vault, shall sound my echoing song”	“Nem em tua <b>abóbada de mármore</b> ecoará minha canção”	“nem em teu marmóreo jazigo ressoará o eco <b>de meu canto</b> ”
“But none, I think, do there embrace”	“Mas acho que ali ninguém se abraça”	“mas, penso <b>eu</b> , ninguém nele se abraça”
“Now, therefore, while the youthful hue”	“Agora, portanto, enquanto o <b>frescor da juventude</b> ”	“Agora, pois, enquanto a <b>cor da juventude</b> ”
“Sits on thy skin like morning dew”	“Transparece na pele como o <b>orvalho da manhã</b> ”	“Pousa em tua pele como o <b>orvalho da manhã</b> ”
“Now let us sport us while we may”	“Vamos <b>nos</b> divertir enquanto é tempo”	“Agora, enquanto isto é possível, divirtamo- <b>nos</b> ”
Thorough the iron gates of life”	“Pelos <b>portões de ferro da vida</b> ”	“pelas <b>portas de ferro da existência</b> ”
“Thus, though we cannot make our sun/Stand still”	“Assim, embora não possamos fazer nosso sol/ficar parado”	“muito embora <b>nós</b> não tenhamos poder para deter o Sol”
“Yet we will make him run”	“ <b>nós</b> o faremos correr”	“pelo menos assim faremos que <b>ele</b> corra”

Tabela 1 - Levantamento de marcas de gênero presentes na tradução do poema *To His Coy Mistress*.

Fonte: (FERREIRA 2007, p. 33)

Podem-se notar algumas particularidades na tradução do poema. Ferreira (op. cit., p. 34) as destaca:

Foram percebidas características femininas como o uso de pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa e o uso de verbos no tempo presente, mas, ao mesmo tempo, houve grande incidência de características masculinas, sendo percebida, em especial, a modificação de substantivos usando a preposição *de*. A tradução masculina deste poema, por outro lado, demonstrou a mesma uniformidade de características vistas no primeiro par de traduções, com características femininas e masculinas aparecendo com a mesma regularidade.

A autora prossegue revelando que nas traduções de poesias feitas por mulheres, além das características femininas, também foi percebido uma grande ocorrência de características masculinas, em principal no uso de frases preposicionais como modificadores de substantivos. Ressalta que, na tradução feminina, há uma “masculinização” dos termos usados pelas tradutoras e também foi “percebida a ocorrência de características femininas nas traduções realizadas por homens, sendo que a mais recorrente foi o uso dos pronomes *eu*, *você* e *ela* e respectivas formas reflexivas e possessivas.

Ao se analisar as teorias feministas de tradução podem-se considerar algumas suposições sobre as traduções feministas. De acordo com Ferreira (op. cit., p. 36)

Uma delas diz respeito justamente ao número elevado de características masculinas encontradas nas traduções realizadas por mulheres. Fazendo uma ponte entre as teorias feministas da tradução e nossos resultados, podemos supor – já que neste assunto não é possível afirmar nada com completa certeza – que as mulheres, para poderem ser ouvidas na esfera pública, precisam primeiro se apoderar de uma linguagem já existente e usada abertamente, a masculina, e só então é que poderão fazer uma transposição e serem ouvidas – quando fazem a tradução. Acontece um processo de emasculação/masculinização do discurso feminino que permite à mulher participar da vida pública – a mulher precisa falar e se expressar como o homem faz, ou não será percebida. Como visto nas teorias de tradução feministas, as mulheres usam a tradução, atividade tida historicamente como secundária, numa tentativa de se fazerem visíveis, mas ao mesmo tempo perdem a oportunidade de usar sua voz própria [...]

A autora destaca que a mulher tenta recriar aquilo que o homem já escreveu, enquanto poderia estar escrevendo da sua maneira. Da maneira como traduzem estão, talvez, até perdendo tempo e oportunidade de escreverem e usarem o

seu método, a sua própria voz na sociedade. Afirma que a escrita é uma forma de expressão, assim como outras formas (a artística, por exemplo), e a tradução também é uma forma válida de expressão e visibilidade feminina na sociedade.

Como Ferreira (op. cit., p. 46) pode nos mostrar em sua análise de *To His Coy Mistress*, de Andrew Marvell, “as mulheres falam através da linguagem da ordem dominante, ou seja, da ordem patriarcal. Não possuindo uma língua própria, é o que lhes resta fazer.” Ou seja, pelo fato de não terem outra escolha, elas acabam falando através da língua dos homens.

Segundo Ferreira (op. cit., p. 41), a relação entre autor e tradutor, original e tradução, paternidade e maternidade é sintoma de diversos outros aspectos mais abrangentes da cultura ocidental, como: a relação de poder na divisão de gênero; o desejo permanente (e nem sempre hegemônico) de adequar a linguagem ou seu uso à moralidade; a busca da origem ou da unidade, e, como consequência deste último, a intolerância com a duplicidade e o que não pode ser decidido.

Com o passar dos tempos, com o uso da língua, as mulheres começaram a conquistar o seu espaço na sociedade, tendo, assim, mais respeito. Segundo Ferreira (op. cit., p. 44),

as mulheres assumiram o direito de se apropriar da linguagem e usá-la para seus próprios fins como escritoras, leitoras e tradutoras. Uma nova ética da tradução se desenvolveu deste novo foco dado ao gênero na língua, e cujos pontos principais podem ser resumidos nos seguintes, de acordo com De Lotbinière-Harwood e citada por Von Flotow: “tomar as experiências das mulheres como ponto de partida”, “reconhecer a agência moral das mulheres” e “ver a ética feminista como envolvimento ativo na mudança social radical”. Dessa forma, as teorias de tradução feministas visam transformar a tradução de arte oculta da linguagem para uma ação linguística pública e comprometida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi refletir sobre a ética nas traduções feministas buscando marcas linguísticas e lexicais em traduções feitas por mulheres, além das estratégias utilizadas por tradutoras feministas que, por meio da tradução, visam subverter a língua para lutar pela visibilidade discursiva da mulher.

Para apoiar essa reflexão, foi analisada a ética na perspectiva filosófica, para uma conceituação mais geral do termo, além da ética na tradução, a fim de se estabelecer uma relação entre a ética nas traduções feministas e a ética segundo as principais teorias de tradução: a estruturalista e a sociocultural.

Foram reveladas características distintas, com base nos estudos de Ferreira (2007) e Castro (2007), no contexto das traduções femininas e feministas.

Observou-se, pela pesquisa de Castro (op. cit.), a maior ocorrência de características masculinas na tradução feminina. Foram percebidas características femininas, como o uso de pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa e o uso de verbos no tempo presente, mas, ao mesmo tempo, houve grande incidência de características masculinas, sendo percebida, em especial, a modificação de substantivos usando a preposição *de*. Esse recurso de masculinização do discurso feminino é utilizado para as mulheres serem ouvidas na sociedade, fazendo uso de uma linguagem já existente, a masculina, para as mulheres se fazerem percebidas e participarem da vida pública.

O estudo de Castro (2007) aponta para o caráter subversivo e manipulador das traduções feministas, que servem como uma arma nas mãos das mulheres na luta por sua representação na língua e na sociedade, criando uma forma de expressão na qual suas realidades, seus sentimentos e experiências possam ser manifestados.

Apesar das diferentes considerações a partir dos dois estudos, a tradução, em ambos os casos, é utilizada com o fim de manipular a linguagem para as mulheres, de alguma maneira, serem ouvidas, para sua participação na sociedade, o que vem ao encontro de uma visão da ética em uma perspectiva sociocultural de tradução, que vê o



tradutor como um recriador de textos originais, ao considerar as circunstâncias sociais em que se encontra.

No caso das traduções feministas, uma nova ética se desenvolve, a partir do foco dado ao gênero na língua, com vistas a transformar a tradução em uma ação linguística pública e comprometida, a fim de contribuir para uma mudança social.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. R. M. de. O Tradutor e a Questão da Ética. *Estudos Acadêmicos Unibero*. Ano III, nº 5, p. 38-40, Mar, 1997.
- ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992.
- AUBERT, F. H. *As (In) fidelidades da tradução*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- BARTHES, R. "From work to text". In: HARARI. *Textual strategies-perspectives in post-structuralist criticism*. Ithaca: Cornell University Press. 1979. p. 73-81.
- BROSSARD, Nicole. 1985 *La Lettre aérienne*. Montréal: Éditions du remue-ménage, traduzido por Marlene Wildeman, 1988. *The Aerial Letter*. Toronto : Women's Press
- CASTRO, M. S. Traduções Feministas. In: \_\_\_\_\_. *Tradução ética e subversão: desafios práticos e teóricos*. 2007. Dissertação de Mestrado (Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. p. 50-67.
- CHAMBERLAIN, Lori. *Gender and the Metaphorics of Translation*. In: *Signs: "Journal of Women"*, v. 13, n. 3, The University of Chicago, in: *Culture and Society*, 1988. Trad. Norma Viscardi.
- CHAUÍ, M. *Convite a Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
- Código de Ética da *American Translators Association* – ATA, de março de 2002. Disponível em: <[http://www.atanet.org/membership/code\\_of\\_professional\\_conduct.php](http://www.atanet.org/membership/code_of_professional_conduct.php)>. Acesso em: 22 set 2010.
- Código de Ética da *Fédération Internationale des Traducteurs* – FIT, de 9 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.fit-ift.org/en/charter.php>>. Acesso em: 22 set 2010.
- Código de Ética do *Sindicato Nacional dos Tradutores* – SINTRA, de 19 de fevereiro de 1991. Rio de Janeiro, 1991-2010. Disponível em: <<http://www.tradulex.org/Regles/SintraEt.htm>>. Acesso em: 9 jun 2010.
- DALY, M. C. (1997) "Who is Protected by the ADA? Evidence from the German Experience." *Annals of the American Academy*, 549: 101-116.
- DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. (Org.). *Os tradutores na história*. São Paulo: Ática, 1998.
- DÉPÊCHE, Marie-France. "A tradução como ato político". Em: SWAIN, Tânia; MUNIZ,

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988, p. 280

ESQUEDA, M. D. Teorias de tradução e a questão da ética. *Mimesis*, Bauru, v.20, nº 1, p. 49-55, 1999.

ESTEVES, L. M. R. Tradução Fiel: A Quem? A Quê? Por quê? *Estudos Acadêmicos Unibero*. Ano III, nº 5, p. 64-71, Mar, 1997.

FERREIRA, C. M. *Tradução e Gênero: a tradução analisada através do viés feminista*. 2007. 52. Trabalho de Conclusão de Curso (Tradução) – Universidade Sagrado Coração, Bauru.

FOUCAULT, M. "What is an author?" In: HARARI. *Textual strategies-perspectives in post-structuralist criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1979. p. 141-159.

GEHRING, S. T. Ética e Eficácia na Tradução. *Tradterm*, São Paulo, 3, p. 35-46, 1996.

GODARD, Barbara. "Theorizing feminist discourse/translation". Em: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (orgs.) *Translation, history and culture*. Londres: Pinter, 1990. pp. 87-96.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

LEVINE, Suzanne Jill. "Translation as (sub)version: on translating *Infante's inferno*". Em: VENUTI, Lawrence (org.) *Rethinking translation*. London: Routledge, 1992. pp. 75-86.

MARVELL, Andrew. *To His Coy Mistress*. In: PICKLES, Sheila (ed.) *A Linguagem do Amor: Penhaligan's tesouro perfumado em prosa e verso*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1994. Trad. Barbara Theoto Lambert e Cecília Camargo Bartalotti.

MARVELL, Andrew. *To His Coy Mistress*. In: RAMOS, Péricles Eugênio da Silva (ed.) *Poetas da Inglaterra*. 1970. Trad. Paulo Vizioli.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.

ROBINSON, D. *Construindo o tradutor*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

SIMON, Sherry. *Gender in translation*. London: Routledge, 1996.

STEINER, G. *After Babel – aspects of language and translation*. Londres: Oxford University Press, 1975.

VALLS, A. L. M. *O que é ética*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 2002.

VENUTI, L. A formação de identidades culturais. In: \_\_\_\_\_. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 129-169.

VON FLOTOW, Luise. *Translation and Gender: Translating in the 'Era of Feminism'*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.

# ANEXOS

## **Anexo A - CÓDIGO DE ÉTICA DO TRADUTOR - SINTRA**

Parte integrante dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Tradutores

\* Aprovado em Assembléia Geral em 19 de fevereiro de 1991

### **CAPÍTULO I**

Princípios Fundamentais

Art.1º - São deveres fundamentais do tradutor:

§1º respeitar os textos ou outros materiais cuja tradução lhe seja confiada, não utilizando seus conhecimentos para desfigurá-los ou alterá-los;

§2º exercer sua atividade com consciência e dignidade, de modo a elevar o conceito de sua categoria profissional;

§ 3º Utilizar todos os conhecimentos lingüísticos, técnicos, científicos ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho de sua função;

§4º empenhar-se em participar da tomada de decisões do seu órgão de classe e em vê-las acatadas, em particular no que se refere à remuneração justa, às condições de trabalho e ao respeito aos direitos do tradutor;

§5º solidarizar-se com as iniciativas em favor dos interesses de sua categoria profissional, ainda que não lhe tragam benefício direto.

### **CAPÍTULO II**

Relações com os Colegas

Art. 2º - O tradutor deve tratar os colegas com lealdade, respeito e solidariedade.

Art. 3º - O tradutor deve abster-se de qualquer ato que signifique concorrência desleal a outros tradutores ou exploração do trabalho de colegas, seja em sentido comercial ou outro.

### **CAPÍTULO III**

Relações com o Contratante do Serviço

Art. 4º - O tradutor deve servir lealmente ao interesse de quem lhe contratou o serviço.

Art 5º. - O tradutor deve empenhar-se em lavrar previamente por escrito, com o contratante do serviço, as obrigações recíprocas concernentes ao trabalho em causa.

#### **CAPÍTULO IV**

##### Do Segredo Profissional

Art. 6º - O tradutor é obrigado a guardar segredo sobre fatos de que tenha conhecimento por tê-los visto, ouvido ou deduzido no exercício de sua atividade profissional, a menos que impliquem delito previsto em lei ou que possam gerar graves conseqüências ilícitas para terceiros.

#### **CAPÍTULO V**

##### Responsabilidade Profissional

Art. 7º - O tradutor é responsável civil e penalmente por atos profissionais lesivos ao interesse do contratante de seus serviços, cometidos por imperícia, imprudência, negligência ou infrações éticas.

#### **CAPÍTULO VI**

##### Aplicação deste Código

Art. 8º - Cabe ao Sindicato Nacional dos Tradutores - SINTRA a apuração de faltas cometidas contra este Código de Ética, a aplicação das penalidades previstas nos Estatutos do SINTRA e, quando cabível, o encaminhamento do caso aos órgãos competentes.

Art. 9º - Com discricção e fundamento, o tradutor dará conhecimento ao SINTRA dos fatos que constituam infração às normas deste Código.

## **Anexo B - CÓDIGO DE ÉTICA DO TRADUTOR - ATA**

*American Translator Association*

### Code of Professional Conduct and Business Practices

I. As a Translator or Interpreter, a bridge for ideas from one language to another and one culture to another, I commit myself to the highest standards of performance, ethical behavior, and business practices.

A. I will endeavor to translate or interpret the original message faithfully, to satisfy the needs of the end user(s). I acknowledge that this level of excellence requires:

1. mastery of the target language equivalent to that of an educated native speaker,
2. up-to-date knowledge of the subject material and its terminology in both languages,
3. access to information resources and reference materials, and knowledge of the tools of my profession,
4. continuing efforts to improve, broaden, and deepen my skills and knowledge.

B. I will be truthful about my qualifications and will not accept any assignments for which I am not fully qualified.

C. I will safeguard the interests of my clients as my own and divulge no confidential information.

D. I will notify my clients of any unresolved difficulties. If we cannot resolve a dispute, we will seek arbitration.

E. I will use a client as a reference only if I am prepared to name a person to attest to the quality of my work.

F. I will respect and refrain from interfering with or supplanting any business relationship between my client and my client's client.

II. As an employer or contractor of translators and/or interpreters, I will uphold the above standards in my business. I further commit myself to the following practices with translators and interpreters:

A. I will put my contractual relationship with translators and interpreters in writing and state my expectations prior to work.

B. I will adhere to agreed terms, payment schedules, and agreed changes, and will not capriciously change job descriptions after work has begun.

C. I will deal directly with the translator or interpreter about any dispute. If we cannot resolve a dispute, we will seek arbitration.

D. I will not require translators or interpreters to do unpaid work for the prospect of a paid assignment.

E. I will not use translators' or interpreters' credentials in bidding or promoting my business without their consent or without the bona fide intention to use their services.

F. For translations for publication or performance over which I have direct control, I will give translators recognition traditionally given authors.

*As Amended by the ATA Board of Directors March 2002*



## Anexo C - CÓDIGO DE ÉTICA DO TRADUTOR - FIT

*Fédération Internationale des Traducteurs*

### The Translator's Charter

*(approved by the Congress at Dubrovnik in 1963,  
and amended in Oslo on July 9, 1994)*

- General obligations of the translator
- Rights of the translator
- Economic and social position of the translator
- Translators' societies and unions
- National organizations and the International Federation of Translators

The International Federation of Translators

*noting*

that translation has established itself as a permanent, universal and necessary activity in the world of today; that by making intellectual and material exchanges possible among nations it enriches their life and contributes to a better understanding amongst men;

that in spite of the various circumstances under which it is practised translation must now be recognized as a distinct and autonomous profession; and

*desiring*

to lay down, as a formal document, certain general principles inseparably connected with the profession of translating, particularly for the purpose of

- stressing the social function of translation,
- laying down the rights and duties of translators,
- laying the basis of a translator's code of ethics,
- improving the economic conditions and social climate in which the translator carries out his activity, and
- recommending certain lines of conduct for translators and their professional organizations, and to contribute in this way to the recognition of translation as a distinct and autonomous profession,

announces the text of a charter proposed to serve as guiding principles for the exercise of the profession of translator.

**Section I**  
**GENERAL OBLIGATIONS OF THE TRANSLATOR**

1. Translation, being an intellectual activity, the object of which is the transfer of literary, scientific and technical texts from one language into another, imposes on those who practise it specific obligations inherent in its very nature.
2. A translation shall always be made on the sole responsibility of the translator, whatever the character of the relationship of contract which binds him/her to the user.
3. The translator shall refuse to give to a text an interpretation of which he/she does not approve, or which would be contrary to the obligations of his/her profession.
4. Every translation shall be faithful and render exactly the idea and form of the original – this fidelity constituting both a moral and legal obligation for the translator.
5. A faithful translation, however, should not be confused with a literal translation, the fidelity of a translation not excluding an adaptation to make the form, the atmosphere and deeper meaning of the work felt in another language and country.
6. The translator shall possess a sound knowledge of the language from which he/she translates and should, in particular, be a master of that into which he/she translates.
7. He/she must likewise have a broad general knowledge and know sufficiently well the subject matter of the translation and refrain from undertaking a translation in a field beyond his competence.
8. The translator shall refrain from any unfair competition in carrying out his profession; in particular, he/she shall strive for equitable remuneration and not accept any fee below that which may be fixed by law and regulations.
9. In general, he/she shall neither seek nor accept work under conditions humiliating to himself/herself or his/her profession.
10. The translator shall respect the legitimate interests of the user by treating as a professional secret any information which may come into his/her possession as a result of the translation entrusted to him/her.
11. Being a "secondary" author, the translator is required to accept special obligations with respect to the author of the original work.
12. He/she must obtain from the author of the original work or from the user authorization to translate a work, and must furthermore respect all other rights vested in the author.

## **Section II RIGHTS OF THE TRANSLATOR**

13. Every translator shall enjoy all the rights with respect to the translation he/she has made, which the country where he/she exercises his/her activities grants to other intellectual workers.

14. A translation, being a creation of the intellect, shall enjoy the legal protection accorded to such works.

15. The translator is therefore the holder of copyright in his/her translation and consequently has the same privileges as the author of the original work.

16. The translator shall thus enjoy, with respect to his/her translation, all the moral rights of succession conferred by his/her authorship.

17. He/she shall consequently enjoy during his/her lifetime the right to recognition of his/her authorship of the translation, from which it follows, inter alia, that

(a) his/her name shall be mentioned clearly and unambiguously whenever his/her translation is used publicly;

(b) he/she shall be entitled to oppose any distortion, mutilation or other modification of his/her translation;

(c) publishers and other users of his/her translation shall not make changes therein without the translator's prior consent;

(d) he/she shall be entitled to prohibit any improper use of his/her translation and, in general, to resist any attack upon it that is prejudicial to his/her honour or reputation.

18. Furthermore, the exclusive right to authorize the publication, presentation, broadcasting, re-translation, adaptation, modification or other rendering of his/her translation, and, in general, the right to use his/her translation in any form shall remain with the translator.

19. For every public use of his/her translation the translator shall be entitled to remuneration at a rate fixed by contract or law.

## **Section III ECONOMIC AND SOCIAL POSITION OF THE TRANSLATOR**

20. The translator must be assured of living conditions enabling him/her to carry out with efficiency and dignity the social task conferred on him/her.

21. The translator shall have a share in the success of his/her work and shall, in particular, be entitled to remuneration proportional to the commercial proceeds from the work he/she has translated.

22. It must be recognized that translation can also arise in the form of commissioned work and acquire as such rights to remuneration independent of commercial profits accruing from the work translated.

23. The translating profession, like other professions, shall enjoy in every country a protection equal to that afforded to other professions in that country, by collective agreements, standard contracts, etc.

24. Translators in every country shall enjoy the advantages granted to intellectual workers, and particularly of all social insurance schemes, such as old-age pensions, health insurance, unemployment benefits and family allowances.

#### **Section IV TRANSLATORS' SOCIETIES AND UNIONS**

25. In common with members of other professions, translators shall enjoy the right to form professional societies or unions.

26. In addition to defending the moral and material interests of translators, these organizations shall have the task of ensuring improvement in standards of translation and of dealing with all other matters concerning translation.

27. They shall exert their influence on public authorities in the preparation and introduction of legal measures and regulations concerning the profession.

28. They shall strive to maintain permanent relations with organizations which are users of translations (publishers' associations, industrial and commercial enterprises, public and private authorities, the Press, etc.) for the purpose of studying and finding solutions to their common problems.

29. In watching over the quality of all works translated in their countries, they shall keep in touch with cultural organizations, societies of authors, national sections of the Pen Club, literary critics, learned societies, universities, and technical and scientific research institutes.

30. They shall be competent to act as arbiters and experts in all disputes arising between translators and users of translations.

31. They shall have the right to give advice on the training and recruitment of translators, and to co-operate with specialized organizations and universities in the pursuit of these aims.

32. They shall endeavour to collect information of interest to the profession from all sources and to place it at the disposal of translators in the form of libraries, files, journals and bulletins, for which purpose they shall establish theoretical and practical information services, and organize seminars and meetings.

**Section V**  
**NATIONAL ORGANIZATIONS AND THE INTERNATIONAL FEDERATION OF TRANSLATORS**

33. Where several groups of translators exist in a country, organized either on a regional basis or into different categories, it will be desirable for these groups to co-ordinate their activities in a central national organization, at the same time preserving their identity.

34. In countries where societies or unions of translators are not yet in existence, it is suggested that translators should join forces to bring about the necessary establishment of such an organization, in accordance with the relevant legal requirements of their country.

35. To ensure the attainment of their aims at world level by common effort, national translators' organizations are called upon to unite in the Fédération internationale des traducteurs (International Federation of Translators [FIT]).

36. Translators shall join their national organizations of their own free will and the same must apply to the societies with respect to their association with the International Federation of Translators.

37. The International Federation of Translators shall defend the material and moral rights of translators at the international level, keep in touch with progress in theoretical and practical matters relating to translation, and endeavour to contribute to the spread of civilization throughout the world.

38. The International Federation of Translators shall attain these objectives by representing translators at the international level, particularly through relations with governmental, non-governmental and supranational organizations, by taking part in meetings likely to be of interest to translators and translation at the international level, by publishing works, and by organizing or arranging for the organization of congresses at which questions concerning translation or translators may be examined.

39. In general the International Federation of Translators shall extend the activities of the societies of every country at the international level, co-ordinate their efforts and define its common policy.

40. The national societies and the International Federation of Translators, their central organization, derive the strength necessary for the pursuit of their professional objectives from the feeling of solidarity existing among translators and from the dignity of translation which contributes to better understanding among nations and to the spread of culture throughout the world.

## **Anexo D – Poema *To His Coy Mistress*, de Andrew Marvell**

Had we but world enough, and time,  
This coyness, lady, were no crime.  
We would sit down and think which way  
To walk, and pass our long love's day;  
Thou by the Indian Ganges' side  
Shouldst rubies find; I by the tide  
Of Humber would complain. I would  
Love you ten years before the Flood;  
And you should, if you please, refuse  
Till the conversion of the Jews.  
My vegetable love should grow  
Vaster than empires, and more slow.  
An hundred years should go to praise  
Thine eyes, and on thy forehead gaze;  
Two hundred to adore each breast,  
But thirty thousand to the rest;  
An age at least to every part,  
And the last age should show your heart.  
For, lady, you deserve this state,  
Nor would I love at lower rate.

But at my back I always hear  
Time's winged chariot hurrying near;  
And yonder all before us lie  
Deserts of vast eternity.  
Thy beauty shall no more be found,  
Nor, in thy marble vault, shall sound  
My echoing song; then worms shall try

That long preserv'd virginity,  
And your quaint honour turn to dust,  
And into ashes all my lust.  
The grave's a fine and private place,  
But none I think do there embrace.  
Now therefore, while the youthful hue  
Sits on thy skin like morning dew,  
And while thy willing soul transpires  
At every pore with instant fires,  
Now let us sport us while we may;  
And now, like am'rous birds of prey,  
Rather at once our time devour,  
Than languish in his slow-chapp'd power.  
Let us roll all our strength, and all  
Our sweetness, up into one ball;  
And tear our pleasures with rough strife  
Thorough the iron gates of life.  
Thus, though we cannot make our sun  
Stand still, yet we will make him run.